

VISÃO DO CORREIO

Os dois lados da uberização

Um levantamento divulgado na última sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) joga luz sobre uma categoria profissional crescente na economia: os trabalhadores plataformizados. Esse contingente, informa o IBGE, teve um aumento consistente nos últimos anos, especialmente após a pandemia do coronavírus. Estima-se que os trabalhadores por aplicativos cheguem a 2 milhões, o que representa, aproximadamente, 2% do total de pessoas ocupadas no Brasil.

A pesquisa do IBGE indica pontos importantes sobre essa categoria. Se há alguns anos o trabalhador plataformizado obtinha uma renda superior à do não plataformizado, essa diferença praticamente inexistiu atualmente. Ambos acumulam cerca de R\$ 3.147. Dito isso, é preciso mencionar duas ressalvas. Os motoristas e entregadores de aplicativo trabalham em média 5,4 horas a mais por semana — em um total de 44,7 horas — do que trabalhadores não plataformizados. Além disso, somente 34% dos profissionais de plataformas atuam com alguma proteção previdenciária, enquanto outras categorias chegam a 63% com alguma assistência da seguridade social.

A popularização de profissões como motoristas e entregadores por aplicativo atende a uma dinâmica econômica. Considerando o contexto da pandemia da covid-19, quando havia restrições para aglomerações e recomendações para que a população permanecesse em casa, esses profissionais passaram a ser requisitados. Essa circunstância representava uma oportunidade de negócio para empresas e uma chance de renda para quem enfrentava o choque econômico da pandemia.

A atividade de motoristas, motociclistas e entregadores poderia ser vista como favorável até surgirem algumas situações preocupantes. Extensas jornadas de trabalho, ausência de qualquer garantia ao trabalhador, falta de regulamentação da profissão tornaram-se problemas recorrentes. O que seria uma inovação no mercado de trabalho passou a ser considerada uma modalidade de exploração econômica. Afinal, não se pode considerar progresso um indivíduo trabalhar por até 12 horas, durante anos, custeando integralmente sua atividade profissional e sem qualquer proteção do empregador ou do sistema previdenciário.

Essa realidade aumenta a importância da regulamentação da chamada “uberização” da economia. No fim de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o julgamento que definiria o entendimento sobre as decisões da Justiça trabalhista sobre o suposto vínculo empregatício entre empresas e trabalhadores de aplicativo. Um parecer da Procuradoria-Geral da República considera não haver relação formal, em posicionamento análogo ao das plataformas digitais.

É fato que o trabalho por meio aplicativo reúne características bastante liberais, como flexibilidade de horários, renda variável e oportunidade de trabalho, particularmente para quem está pressionado pelo desemprego. Mas essas peculiaridades não autorizam a exploração de trabalhadores, especialmente no momento em que o país caminha para abolir a escala 6x1.

É fundamental que a regulamentação — seja pelo entendimento da Justiça, seja pela elaboração de leis pelo Congresso — observe o dinamismo econômico sem descuidar do lado social.



ANA DUBEUX
anadubeux.df@dabr.com.br

Entre gritos e sussurros: o teste da democracia

Há muito tempo defendo aqui, neste espaço, a democracia, que é o bem maior de todos os brasileiros. Também por muito tempo, carrego comigo a certeza de que as eleições, com seu legítimo instrumento, o voto, são a maior expressão desse sistema de governo em que o poder emana do povo, este sendo o responsável pela escolha de quem nos representa em governos, prefeituras e nos parlamentos.

Mas, nos últimos tempos, temos testado nossa democracia em outras frentes além das urnas. Nesta campanha, que já dava spoilers de virulência, além da paciência, precisamos de cautela para preservar o que nos resta quando estamos todos sob ataques de hospedeiros que drenam nossos recursos — corrupção, tráfico de influência, falta de transparência e de mecanismos de controle mais efetivos daqueles que se acham acima do bem e do mal.

A crise no Supremo Tribunal Federal (STF), a reboque das revelações do Caso Master, o maior escândalo financeiro da história brasileira, é grave. Exposta em plena campanha, é gravíssima. O STF é o guardião da Constituição Federal, e seguirá sendo. Vai sobreviver ao desgaste provocado pelas controvérsias entre ministros, que devem se explicar, já que são infinitamente menores do que a instituição em si. Da mesma forma como são os políticos do Congresso e os presidentes eleitos que ocupam o poder de forma temporária.

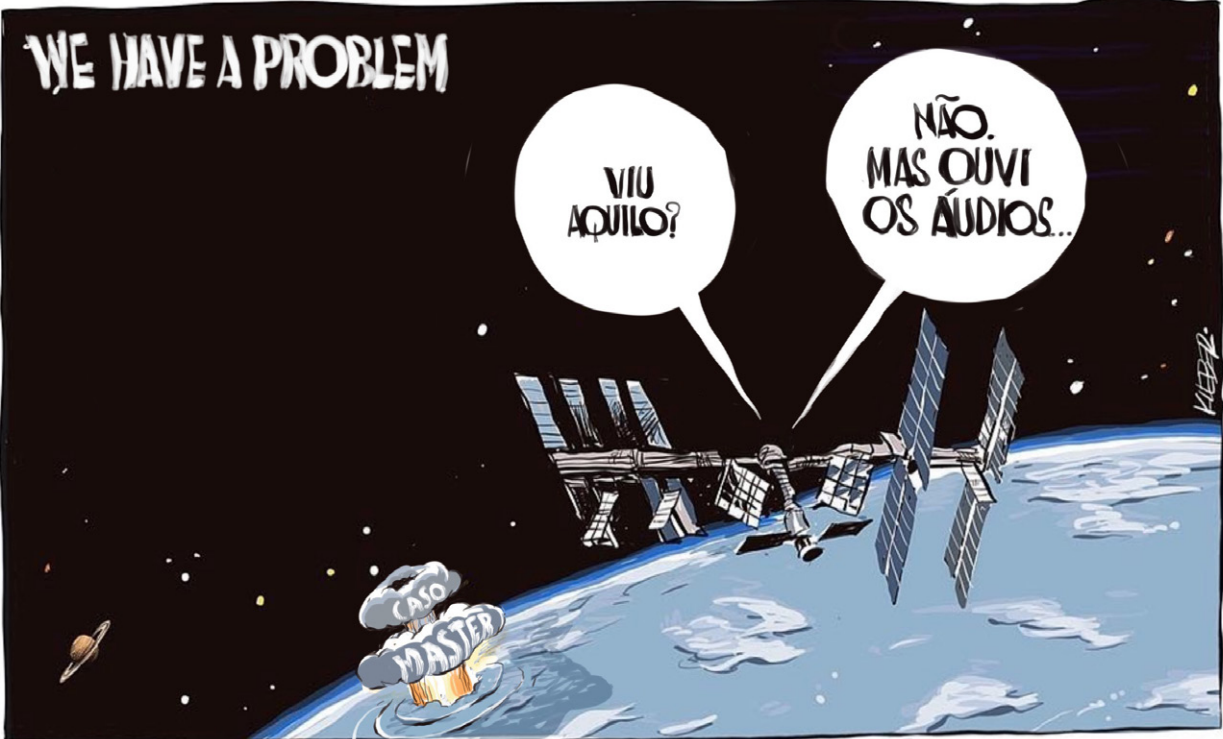
Assistimos a sucessivas crises institucionais e políticas em que as autoridades escolhem, entre gritos e sussurros, o que deve ser levantado e o que deve ser abafado. Fica extremamente difícil ao eleitor

escolher seus candidatos quando a informação é surrupiada ou revelada a contagotas, em nome de interesses privados ou de ideologias políticas.

O discurso contra a corrupção não convence, já que os tentáculos dela se estendem em múltiplas direções. Resta à população votar conforme o peso no bolso, a bolha que frequenta e sequestra sua atenção, a estabilidade do emprego, o consumo e qualidade de (des)informação. Mas talvez, seja hora do contrário: moral, ética, cidadania, honestidade, respeito ao próximo e os direitos fundamentais para a vida humana voltam a ser preceitos importantíssimos para decidir voto.

Estamos dando passos largos para trás ou tirando a sujeira debaixo do tapete? Purgar é limpar, exterminar, purificar. É preciso aparecer a ponta de pus para vermos a infecção. Não precisava ser assim, nem neste momento. Porém, doa a quem doer, é preciso identificar as células vivas da corrupção para curar o problema. E exames de cultura, em que se isolam os bichos, costumam demorar. Por isso, é preciso cautela, atenção e controle.

Instituições fortes exigem salvaguardas fortes; democracia sustentável exige o entendimento de que o país e o coletivo são mais importantes que as pessoas, seus cargos e suas disputas de poder. Cada um deve se isolar um pouco, se distanciar, buscar um ambiente estéril para pensar com calma, fazer uma triagem segura de informações para decidir seu voto nesse momento de democracia inflamada, porém cada vez mais viva. Eu acredito na recuperação plena. Eu confio na força da Constituição e das instituições. E você?



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Independência

Celebrar 204 anos de Independência é lembrar que soberania não se negocia. Hoje, o Brasil enfrenta pressões externas que testam sua autonomia. Os Estados Unidos impõem novas tarifas sobre produtos brasileiros e utilizam seu poder econômico para pressionar decisões e interferir nas eleições de um país soberano. Do outro lado da fronteira, o presidente argentino Javier Milei abandona a diplomacia e transforma o Brasil e seu presidente em alvo de ataques pessoais e políticos, chegando a defender publicamente uma candidatura nas eleições brasileiras. A escalada foi tamanha que Brasília reduziu o nível das relações diplomáticas com Buenos Aires. Internamente, a soberania também é desafiada quando candidatos à Presidência atacam a legitimidade do processo eleitoral, lançando suspeitas sobre urnas e instituições sem apresentar provas. Defender a democracia não é defender um governo: é defender o direito do povo brasileiro de escolher livremente seus governantes. Independência, hoje, significa não aceitar tutela estrangeira nem ameaças internas à vontade popular.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos

Crise no STF

O Supremo Tribunal Federal viveu um incêndio institucional, e não é por conta da seca. É ministro acusando ministro, é suspeita de abuso, é pedido de investigação dentro da própria Corte. Isso revela que existem rachaduras profundas, vaidades expostas, silêncio estratégico e notas cuidadosas. Se o STF não consegue resolver os próprios impasses de forma pacífica, como vai arbitrar os conflitos do Brasil? O mínimo que os cidadãos brasileiros esperam é transparência absoluta e coragem para enfrentar os problemas sem empurrar para debaixo da toga. É preciso deixar de lado aquela velha máxima: “o que é bom, a gente mostra; o que é ruim, a gente esconde” e, parafraseando Che Guevara, “sem perder o poder, os privilégios e os penduricalhos, jamais!”

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Pessoas com deficiência

O Governo do Distrito Federal (GDF) tem secretaria de pessoas com deficiência com centenas de cargos e grande estrutura. Na prática, no entanto, a prioridade é zero! Os deficientes auditivos graves, inclusive dos dois ouvidos, não são considerados deficientes para o justo benefício do PCD. Enquanto temos isenção de IPI no governo federal e de ICMS nos demais estados, no DF a condição serve para dar cargos na máquina pública. Assim como na Câmara Legislativa, que tem um aparato para promover políticas para os deficientes, mas que permite essa discriminação. Os distritais — que com rapidez aprovaram o aporte do BRB no Banco Master — estão há quatro anos e nada fizeram em favor dos deficientes. O Ministério Público, então, estamos acostumados a suas omissões. Ainda dá tempo, senhora governadora, senhores distritais, de corrigir essa injustiça!

» **Elio Silva Santos**
Asa Norte

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A poucas semanas das eleições e com esse tanto de crises, o voto do indeciso está valendo ouro. Que tal os candidatos começarem a falar mais das suas propostas?

Paula Mendes — Asa Norte

O que não falta é candidato sujo falando de ministro do STF mal lavado.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Lula fala que há algumas pessoas que querem enfraquecer o funcionamento das instituições brasileiras. Do jeito que o país está, não vivemos mais em uma democracia. O que impera são os privilégios de uma elite que massacra o resto da sociedade.

Daniel Sousa — Brasília

Acho que deveriam colocar as secretarias que ainda pagam aluguel no Centro Administrativo do DF, não as que estão em prédios públicos. Não seria essa a finalidade: retirar as secretarias de aluguel para que tenham casa própria?

Clécio Pereira – Brasília

Agosto foi o mês das vocações, setembro é mês da Bíblia, outubro será mês das missões. Assim segue o ano litúrgico, destacando aspectos da vida e missão da Igreja.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Soft skills

Essa história de que as soft skills, as habilidades comportamentais, já pesam mais que o currículo no mundo do trabalho é uma grande mentira. Soft skill é uma desculpa para dar formação superficial para os jovens com o objetivo de inflar o mercado de trabalho do setor de serviços e ter trabalhadores submissos, precarizados, que aceitem ganhar pouco e cumprir qualquer função. Será que as soft skills servem para um país construir indústrias, fazer pesquisas científicas? Óbvio que não. Isso é educação para os países pobres continuarem pobres. Essa formação flexível para se adaptar em um mundo flexível que está sempre em mudança é o discurso da “resiliência” para o trabalhador se sujeitar a todo tipo de situação: jornada intermitente, baixos salários, longas jornadas etc.

» **Pedro Carvalho**
Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br